

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PATROCÍNIO/MG

Ata da 9ª Reunião Ordinária de 2025 do Conselho Municipal de Saúde de Patrocínio - MG. Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas e trinta minutos no Auditório Geraldo Campos, situado à Praça Olímpio Garcia Brandão, nº 1488, reuniu-se o Conselho Municipal de Saúde de Patrocínio - MG, estando presentes os seguintes conselheiros titulares e suplentes: Ainda Marina, João de Melo, Edvaldo Soares, Rosa Helena, Marcia Abadia, Maria Cecília, Braz Cartony, Ana Paula, Júnia Patrícia, Yasmin Sara, Cristina dos Reis, Ana Maria, Neusa Maria, Anna Cristina, Caio Vinícius, e Camilo dos Santos. Camilo dá início a reunião, cumprimentando a todos e desejando para que todos tenham uma boa reunião. Camilo procedeu com a leitura das justificativas de ausência dos seguintes conselheiros: Gilberto Martins, Isa Maria, Regiane Maria, Heloisa Helena, Maria Eduarda, Rodrigo Arcanjo e Leonildo Vicente. Logo em seguida a palavra foi passada para Lays, que realizou a leitura da ata, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes. Em seguida, a conselheira Júnia Patrícia apresentou o 2º Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) referente ao período de maio a agosto de 2025, detalhando a execução das ações de saúde e a aplicação orçamentária do município. Ela afirmou que com uma população estimada em 93 mil habitantes, observou-se uma maior prevalência na faixa etária adulta para idosa, e que nos dados demográficos, notou-se um decréscimo nos nascidos vivos, cujos dados oficiais disponíveis pelo Ministério da Saúde são de 2024, atraso justificado pelo tempo de fechamento das certidões. Em relação à morbidade, as internações apresentaram uma ascensão desde o período da COVID-19. Sendo as principais causas de internação, no período de janeiro a agosto foram a gravidez, parto e puerpério, seguidas pelas doenças do aparelho circulatório, como AVC e insuficiência cardíaca, doença respiratória, como pneumonia, além das causas externas (politrauma), que a gestão considera uma epidemia. A taxa de mortalidade teve um acréscimo de 2,74% em relação a 2023, sendo as doenças do aparelho circulatório, respiratório e neoplasias as principais causas de óbito. Em relação à produção de serviços, os dados oficiais do Ministério da Saúde para a Atenção Primária à Saúde (APS) e Vigilância em Saúde mostraram um decréscimo preocupante, o qual a gestão esclareceu ser resultado de uma falha crítica no sistema de informação terceirizado, que não conseguia transmitir os dados dos prontuários para o Ministério devido à sua incapacidade de acompanhar as constantes atualizações da base nacional. Para corrigir essa perda de informação, o município aderiu ao e-SUS APS (sistema do Ministério da Saúde sem custo), implantado em outubro, o que já demonstrou correção, com cerca de 300 testes sendo informados em apenas um mês. Em contraste, a produção ambulatorial e hospitalar, cujos dados são apurados manualmente, demonstrou ascensão, refletindo um maior acesso da população. A produção de TFD (Tratamento Fora de Domicílio) também aumentou levemente, apesar das novas habilitações na Santa Casa (cárdio, neurocirurgia, oncologia) que reduziram as transferências externas. Júnia finaliza esclarecendo que na aplicação de recursos, o município superou o mínimo constitucional de 15%, aplicando 15,95% da arrecadação própria em saúde, totalizando R\$ 36,2 milhões. Já o total liquidado dos recursos próprios, estaduais e federais foi de R\$ 111 milhões, com R\$ 2 milhões restantes a pagar para setembro. Terminada a apresentação, Júnia abre espaço para

dúvidas. O conselheiro Edvaldo, questiona que em relação ao sistema, o que de fato é o problema, e porque ele se mostra tão falho. Júnia explicou que a falha do sistema antigo era não acompanhar as frequentes atualizações do Ministério da Saúde, resultando na perda dos dados de produção e, conseqüentemente, de recursos. A solução foi a migração para o e-SUS, que garante a transmissão correta e atualizada das informações. A conselheira Ana Maria, aconselhou em investir mais em tecnologia, para assim facilitar o trabalho dos Agentes Comunitário de Saúde no lançamento de dados no sistema. Aida Marina explicou que já está em andamento o processo licitatório para o fornecimento de tablets, e que o sistema e-SUS tem facilitado todo o trabalho. A conselheira Neuza pediu transparência para que os pacientes sejam informados sobre sua posição na fila e a previsão de realização de exames e cirurgias. Júnia explicou que a marcação passa por um setor de regulação, onde uma médica fica responsável por avaliar e classificar cada pedido como urgente ou não urgente. E que em relação as informações, se comprometeu a melhorar a comunicação sobre o fluxo. Camilo perguntou se havia observações ou sugestões, e, diante do silêncio, o relatório foi aprovado por unanimidade. Camilo sugeriu que a composição das comissões fosse decidida por meio do grupo de WhatsApp, e todos os conselheiros presentes concordaram com a proposta. Nada mais havendo a tratar, o presidente Camilo encerrou a reunião e se colocou à disposição de todos. Para constar, eu Lays Costa da Silva, Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente ata, que será lida e datada e se aprovada seguirá assinada por mim e será validada pelas assinaturas dos presentes que constam no livro de presença do Conselho. Patrocínio (MG), 17 de novembro de 2025. Lays Costa da Silva Lays C. da Silva
Camilo dos Santos Guimarães Camilo dos Santos Guimarães